

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA
1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA,
DA COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, inscrita no CNPJ/MF n.º 33.069.766/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" e "Companhia"), e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

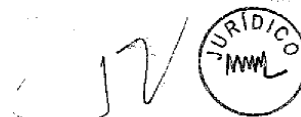
(b) **PENTÁGONO S.A. DTVM**, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Da Espécie Quirografária, da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga" (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que se regerão pelas seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 22 de fevereiro de 2006 (a "AGE").

1.2. A AGE delegou ao Conselho de Administração da Emissora poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os itens VI a VIII do art. 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada pelas Leis n.º 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303, de 31 de outubro de 2001 (a "Lei das Sociedades por Ações") inclusive modificando tais condições do modo que julgar mais conveniente, bem como para deliberar o cancelamento de Debêntures quando for o caso.



1.3. O Conselho de Administração da Emissora deliberou, em reunião realizada em 20 de março de 2006 ("RCA"), sobre as condições de que tratam os itens VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

1.4. O Conselho de Administração da Emissora ratificará, após a conclusão do processo de *bookbuilding*, a taxa final de remuneração aplicável às Debêntures.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), na forma da Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM n.º 400"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJ") em 15 de março de 2006, sob n.º 00001592974, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais Valor Econômico e O Estado de São Paulo em 24 de março de 2006. A ata da RCA será arquivada na JUCERJ e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais Valor Econômico e no jornal O Estado de São Paulo.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJ, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento



Handwritten notes and stamps on the right side of the page, including a circular stamp with the word "JURIDICO" and a signature.

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a “ANBID”), no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de concessão do registro da Emissão pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, conforme promulgado por esta entidade em Assembléia Geral realizada em 22 de setembro de 2005 (“Código ANBID”).

2.5. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas (i) para colocação no mercado primário, no Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), sendo a integralização das Debêntures neste caso liquidada pela CETIP e/ou no Sistema de Negociação BOVESPA FIX (“BOVESPA FIX”), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”), sendo a integralização das Debêntures neste caso liquidada pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”); e (ii) para negociação no mercado secundário, no Sistema Nacional de Debêntures (“SND”) operacionalizado pela CETIP, com os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP e/ou no BOVESPA FIX, administrado pela BOVESPA, com os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

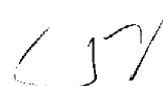
3.1. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de até R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de Reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Total da Emissão”), observado o disposto no item 3.2.2. abaixo.

3.2.2. De acordo com as condições de mercado e a demanda, pelos investidores, para aquisição das Debêntures, à época da realização da colocação das Debêntures, a Emissão (i) poderá ser aumentada por lote suplementar, a critério das instituições financeiras coordenadoras da Emissão (“Coordenadores”), equivalente a até 15% (quinze por cento) do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, nos termos do artigo 24, da Instrução da CVM nº 400/03 (“Lote Suplementar”) e (ii) poderá ser aumentada, havendo demanda por



parte dos investidores, a exclusivo critério da Emissora, em montante que corresponda a, no máximo, 20% (vinte por cento) do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, nos termos do artigo 14, da Instrução da CVM nº 400/03 ("Quantidade Adicional"), observado o limite a que se refere o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

3.2.3. O valor final da Emissão será definido pelo Conselho de Administração da Emissora, observado o limite de que trata o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, com o conseqüente aditamento desta Escritura de Emissão.

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas até 45.000 (quarenta e cinco mil) Debêntures, observado o disposto no item 3.2.2. acima.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados da seguinte maneira: (i) até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) para reforço do capital de giro da Emissora; e (ii) até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de Reais) para o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

3.5. Limite da Emissão

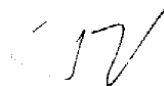
A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o capital social da Companhia é de R\$ 580.000.000,00 (quinhentos e oitenta milhões de Reais), valor superior ao Valor Total da Emissão.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a primeira emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador da presente Emissão será o Banco Itaú S.A., ("Banco Mandatário").



4

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação dos Coordenadores, por meio dos sistemas SDF c/ou BOVESPA FIX, com observância do Plano de Distribuição estabelecido pelos Coordenadores.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de abril de 2006 (a “Data de Emissão”).

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”).

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Banco Mandatário. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos” acompanhado de extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLIC, esta emitirá extrato de custódia em nome do titular da Debênture.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização



4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata tempore* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição—de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e à CBL/C, conforme o caso.

4.7. Prazo de Vencimento

4.7.1 As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de abril de 2011 (“Data de Vencimento”).

4.8. Amortização

4.8.1. O Valor Nominal Unitário será pago em três parcelas de igual valor, a primeira a ser paga em 01 de abril de 2009, a segunda em 01 de abril de 2010 e a terceira na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios em um percentual ("Spread das Debêntures") da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula expressa no item 4.9.1.3. abaixo (Spread das Debêntures, em conjunto com a Taxa DI, denominados "Remuneração").

4.9.1.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. O Spread das Debêntures será definido em procedimento de *bookbuilding* ("Procedimento de Bookbuilding").

52



P = Percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;


O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.1.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da


8

Remuneração subsequente, exclusiva. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.1.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.9.1.6. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembléia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial da Remuneração, devendo as Debêntures ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata tempore*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro. As Debêntures adquiridas nos termos deste item (i) serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora (a) todos os Debenturistas receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração será



mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, (i) será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia Geral de Debenturistas e (ii) será formalizado aditamento à presente Escritura de Emissão, de modo a refletir o novo cronograma de pagamento, se houver, e a taxa de remuneração definida na Assembléia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.9.2. A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de outubro de 2006 e o último, na Data de Vencimento (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). Farão jus à Remuneração, aqueles titulares de Debêntures assim registrados ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Repactuação e Resgate

As Debêntures não serão objeto de repactuação e/ou resgate antecipado programados, no todo ou em parte.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCERJ e enviados à CVM.

4.12. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata tempore*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser recolocadas no mercado.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, o Agente Fiduciário deve declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das



10

Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata tempore*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) mudança de controle acionário indireto da Emissora. Por controle acionário indireto entende-se a capacidade de os atuais controladores indiretos da Emissora: (i) elegerem a maioria dos membros do conselho de administração e/ou indicar os diretores da Emissora e (ii) exercerem o controle da Emissora, inclusive com preponderância nas deliberações de Assembléia Geral da Emissora;
- (b) cisão, fusão ou incorporação, ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) e/ou seus controladores (diretos ou indiretos), excetuadas as operações que ocorrerem entre ou com quaisquer das Empresas Petróleo Ipiranga e desde que não haja alteração do atual controle indireto da Emissora;
- (c) falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou sua controladora direta, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado inadimplido ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços – Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência do protesto, a Emissora tiver comprovado que o protesto (i) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) foi cancelado ou sustado (iii) teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou (iv) o valor do título protestado foi depositado em juízo;
- (e) pedido de autofalência, início de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer procedimento análogo, judicial ou extrajudicial, pela Emissora e/ou por sua controladora direta ou por quaisquer das controladas direta ou indiretamente pela Emissora;
- (f) liquidação ou decretação de falência da Emissora, de sua controladora direta ou de quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente pela Emissora;



- (g) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data do recebimento pela Emissora de notificação do Agente Fiduciário, nesse sentido;
- (h) falta de pagamento de qualquer dívida da Emissora e/ou de sua controladora direta e/ou de quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente pela Emissora, de valor superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, salvo se, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do vencimento de tal dívida, o inadimplemento for sanado, ou a dívida for objeto de contestação legítima e de boa-fé (e para qual adequadas provisões contábeis tenham sido constituídas) por parte da Emissora e/ou sua controladora direta e/ou de quaisquer sociedades controladas direta ou indiretamente pela Emissora. Para fins desta alínea entende-se por dívida toda e qualquer obrigação pecuniária exigível, incluindo sem limitação, aquelas decorrentes de contratos financeiros, contratos civis, contratos comerciais, decisões judiciais, administrativas e/ou arbitrais, indenizações, multas e penalidades, entre outras;
- (i) redução do capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que implique a concessão do direito de retirada aos acionistas da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, substancialmente o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão;
- (j) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão e em qualquer outro documento relativo a Emissão, ou de qualquer informação constante do Prospecto (conforme abaixo definido);
- (k) qualquer alteração da atividade principal da Emissora, ou seja, caso a Emissora deixe de operar na distribuição de combustíveis; e
- (l) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros, os quais serão calculados pelo Agente Fiduciário ao final de cada trimestre, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação pela Emissora das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:
 - (i) relação entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA da Emissora menor ou igual a 3,0 vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" qualquer obrigação pecuniária classificada como empréstimos,




financiamentos ou emissão pública ou privada de títulos e valores mobiliários no mercado local e/ou internacional, incluindo avais e garantias, conforme reportado nas mais recentes demonstrações financeiras disponíveis da Emissora, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, e (ii) considera-se como “EBITDA” (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) da Emissora, lucro antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses, conforme cada item seja reportado nas mais recentes demonstrações financeiras; e

- (ii) relação entre EBITDA da Emissora e Despesas Financeiras da Emissora maior ou igual a 1,5 vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como “Despesas Financeiras” da Emissora, a diferença entre despesas financeiras e receitas financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

4.13.1.1. Os eventos a que se referem os subitens (d), (g) e (h) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, após o final do prazo de 30 (trinta) dias neles referidos.

4.13.1.2. Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se Empresas Petróleo Ipiranga a Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A., a Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. e suas controladas e coligadas.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (f), (h) e/ou (j) do item 4.13.1. acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (d), (g), (i), (k) e/ou (l) do item 4.13.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Especial de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que na hipótese de segunda convocação o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia de Debenturistas nos termos da primeira convocação.



13

4.13.3. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.13.2. acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.13.2. acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.13.3. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata tempore*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, que será realizada mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar a Emissora obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.14. abaixo.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado



14

publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela CBLC. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou CBLC terão os seus pagamentos realizados diretamente pelo Banco Mandatário.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo e/ou na Cidade do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados na forma de avisos nos mesmos jornais em que a Emissora publica as informações societárias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais Valor Econômico, edição do Rio de Janeiro e O Estado de São Paulo.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) caso não estejam disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores (Internet) no prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas consolidadas relativas ao



15

exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e de relatório demonstrando a apuração dos referidos índices e limites financeiros, que devem ser fornecidas até o terceiro dia útil seguinte à data de encerramento do prazo legalmente estabelecido ou à data da entrega das mesmas à CVM, o que ocorrer antes;

- (ii) caso não estejam disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores (Internet) no prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos referidos índices e limites financeiros, que devem ser fornecidas até o terceiro dia útil seguinte à data de encerramento do prazo legalmente estabelecido ou à data da entrega das mesmas à CVM, o que ocorrer antes;
- (iii) caso não estejam disponíveis na página da CVM na rede mundial de computadores (Internet) no prazo legalmente estabelecido, cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, que devem ser fornecidas até o terceiro dia útil seguinte ao encerramento dos prazos ali previstos ou à data da entrega das mesmas à CVM, o que ocorrer antes;
- (iv) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18. acima;
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento; e



- (vii) informações sobre qualquer alteração na classificação de risco atribuída à presente emissão ou à Emissora, bem como o início de qualquer processo de revisão dessas notas de classificação de risco.
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13.1. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (j) cumprir, com suas obrigações legais aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;



- (k) contratar e manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário, agência de classificação de risco e sistemas de negociação no mercado secundário (SND e BOVESPA FIX);
- (l) manter atualizada, pelo menos anualmente e durante todo o prazo de vigência das Debêntures, a classificação de risco (*rating*) das mesmas, divulgando ou permitindo que agência de classificação de risco divulgue as súmulas de classificação de risco das referidas Debêntures;
- (m) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (n) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas pela Emissora, conforme descritas no Prospecto;
- (o) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos obtidos por meio das Debêntures, conforme descrita nesta Escritura de Emissão;
- (p) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas;
- (q) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (r) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito nesta Escritura de Emissão e no Prospecto;
- (s) manter válidas e regulares, até o pagamento integral dos valores devidos aos Debenturistas, as declarações prestadas pela Emissora na Cláusula Oitava abaixo.



- (t) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (u) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações para exploração de serviços de distribuição de combustível objeto de suas atividades

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1. (t) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente



suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. DTVM, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições e que todos os termos e condições nela contidos estão de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



(h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;

(i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e

(j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

a) parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil contado da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos posteriores;

b) as parcelas citadas na alínea "a" supra, serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado *pro rata tempore*, se necessário;

c) os honorários do Agente Fiduciário serão devidos mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de valores devidos e não pagos pela Emissora;

d) os honorários serão acrescidos de (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento; e



21

(e) A Emissora, na qualidade de fonte pagadora, efetuará todas as retenções tributárias na fonte a que estiver legalmente, notadamente, o Imposto de Renda Retido na Fonte, PIS, COFINS e CSLL.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJ, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;



- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - a. na sede da Emissora;



- b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na BOVESPA e na CETIP; e
 - e. nas instituições financeiras responsáveis pela colocação das Debêntures.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à BOVESPA e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à BOVESPA e à CETIP;
- (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (s) verificar se a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, elaborada pela agência de classificação de risco, foi atualizada ao menos anualmente, bem como se as versões atualizadas foram divulgadas ao mercado, devendo encaminhar cópia de eventuais atualizações à ANBID, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a respectiva divulgação.



6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do item anterior, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13. acima. Na hipótese da alínea (d) do item anterior, bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.



6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, procederem à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata tempore*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJ.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.



7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures, excetuada a hipótese de que trata o item 4.9.1.6. acima, ou às datas de pagamento da Remuneração, (ii) ao prazo de vencimento das Debêntures e/ou (iii) aos eventos de vencimento antecipado previstos no item 4.13.1. desta Escritura de Emissão, excetuada a hipótese de que trata o item 4.13.4. acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral



de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

7.11. A definição de nova taxa de remuneração para as Debêntures, nos termos do item 4.9.1.6. acima e a renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13.4. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, bem como toda e qualquer alteração geral nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão e não expressamente mencionada no item 7.10. acima, inclusive a renúncia, alteração ou revisão dos Índices e Limites dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.12. As alterações dos quoruns qualificados estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições desta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora



(e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (ii) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (iii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (iv) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (vi) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) a Emissora tem as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) os prospectos preliminar e definitivo referente às Debêntures (em conjunto, "Prospecto") conterão, todas as informações relevantes em relação à Emissora e suas controladas, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e de suas controladas, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas, riscos mais relevantes e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora, seus controladores ou suas controladas são verdadeiras, consistentes e corretas;



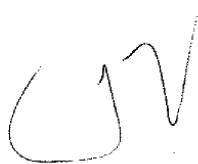
- (j) as opiniões, análises e projeções (se houver) expressas no Prospecto em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (k) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (l) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e/ou em suas controladas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (m) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (n) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga
Rua Francisco Eugênio, 329
Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Leocadio de Almeida Antunes Filho
Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (21) 2574-5591
Fac-símile: (21) 2574-5208
Correio Eletrônico: leocadio@ipiranga.com.br
www.ipiranga.com.br



30

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S/A DTVM
Av. das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514
Barra da Tijuca
Rio de Janeiro – RJ
At.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: mrribeiro@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Banco Itaú S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar
São Paulo - SP
At.: Sra. Gercina Silva Bueno
Telefone: (11) 5029-1809
Fac-símile: (11) 5029-1917
Correio Eletrônico: gercina.bueno@itau.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou



31

modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

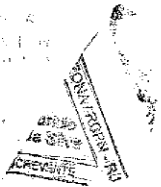
Rio de Janeiro, 28 de março de 2006.

COMPANHIA BRASILEIRA DE PETRÓLEO IPIRANGA

Nome: JOSE MANUEL ALVES BORGES Nome: SERGIO ROBERTO MEYNE FERREIRA DA COSTA
Cargo: MTM Cargo: MTM

12 OFICIO DE NOTAS - Notário: JOSE DE BRITTO FREIRE FILHO
Av. Rio Branco 120 Sabreloja 20 - RJ. Tel. 2509-3006. Reconheço
por semelhança as firmas de: SERGIO ROBERTO MEYNE FERREIRA DA COSTA e JOSE MANUEL ALVES BORGES
Cod: 0762ADA7083B
Rio de Janeiro, 28 de Março de 2006. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 6.48
20% P.Judiciária: 1.296,00
Total : 1760,48





PENTÁGONO S.A. DTVM

26 MAR. 2006

Nome: Maurício da Costa Ribeiro
Cargo: Diretor

Nome: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

Nome: Denise F. da Silveira
CPF: 651.469.097-34

Nome: MARIA BEATRIZ NESS JONCARELI
CPF: 080.942.407-09

